

O desprezo pelo povo

Não diríamos que a Câmara dos Deputados lançou a última pá de cal no túmulo do governo representativo brasileiro. Podemos afirmar, porém, que seguramente cavou alguns pés de terra para receber os despojos da democracia. A reação irada dos populares e daqueles que, nos meios de comunicação, interpretam o sentimento coletivo só é igual ao pouco-à-vontade com que alguns defendem a decisão dos deputados de, rejeitando um veto, aumentar seus vencimentos, ou ao sem-jeito com que os que dizem ter feito o possível para impedir a rejeição do veto presidencial explicam ou condenam (suavemente, polidamente) a decisão de seus pares. Houve lideranças que recomendaram a manutenção do veto. O pequeno número de deputados com consciência cívica (54) indica que as bancadas não seguiram seus líderes. Essa seria, aliás, a interpretação que o deputado Paulo Paim daria: ninguém manda na Câmara, os líderes decidem uma coisa e o plenário faz outra; ninguém pensa no interesse público, apenas no particular ou corporativo. O PT, para obstruir, não votou. Teria sido a melhor tática? Até quando a maioria dos representantes do povo dará pouca importância à repercussão de seus atos junto à opinião pública?

Aqueles que seguiram a liderança do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) e decidiram em sessão secreta derrubar o veto terão argumentos para justificar-se: o primeiro deles é

que ganham pouco, muito menos que os representantes norte-americanos... O segundo é que se faz necessário manter a isonomia, pois não é admissível que um ministro do Supremo Tribunal Federal ganhe mais que um deputado ou um senador. O primeiro argumento é de cabo de uma esquadra tão adernada que não merece contestação. O segundo permite uma pergunta em resposta: por que o membro do Congresso deve ganhar a mesma coisa que um ministro do Supremo? Por que não mais ou menos? Essa questão não é sem sentido: o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas já pediu audiência ao presidente da República para dizer que a tropa se sente ofendida, porque a decisão da Câmara, associada a uma outra do Supremo Tribunal Federal a ser seguida pelo Congresso, rompe definitivamente com a isonomia. Seguramente, o almirante Arnaldo Leite Pereira deve ter ouvido muitos de seus companheiros indagar: por que o almirante-de-esquadra deve ganhar menos que o deputado?

Será realmente trabalhoso encontrar uma razão suficiente para explicar por que se derubou o veto nesta oportunidade em que se debate quanto os trabalhadores perderão, se perderem, com a conversão de seus salários



em URV pela média e o ministro da Fazenda garante que o governo brasileiro conseguiu zerar o déficit público. Não será, seguramente, o aumento dos deputados e senadores que destruirá o Orçamento (inexistente, aliás) da República. Mas que sucederá se o Senado seguir a Câmara? Ficarão ternamente constrangidos os ministros militares ou forçarão que se cumpra o princípio da isonomia? Equiparado o vencimento de um oficial-general de quatro estrelas ao de um deputado, o aumento será geral em todas as Forças Armadas. Depois, os civis reclamarão. Em muitos Estados, o aumento será generalizado para o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Militares, talvez Polícias Cíveis. O País irá parar onde? O plano de recuperação das finanças, como fica? Que autoridade moral terá o Congresso para rejeitar as emendas à MP 434, aumentando o salário mínimo e estabelecendo o gatilho salarial em reais?

O momento errado, mais o corporativismo (perdão, o individualismo mais desenfreado) e mais a falta de sensibilidade, para não dizer de vergonha, criaram difícil situação institucional. Difícil porque se descobriu que os deputados só se esforçam para votar ou quando o Executivo afaga ou quando o bolso clama.

Pior ainda, as instituições sofrem com esse espetáculo porque também o Supremo Tribunal Federal errou e colocou o Judiciário à margem do Executivo (o Congresso deverá acompanhar a decisão do STF). O guardião da Constituição — *que não é apenas o texto escrito, mas a Nação organizada para realizar alguns ideais comuns* — usou a Razão para converter os vencimentos do poder pela URV do dia 20 e não do dia 30 ou 31, porque os paga-

mentos no Judiciário são feitos dia 20. Como no Executivo são feitos no dia 30, 31 ou nos primeiros dias úteis do mês, os funcionários civis e militares do Executivo estão em desvantagem diante dos que labutam no

A Câmara dos Deputados causou tremendo mal à democracia. Não só ela; também o Supremo

Judiciário. São 11% ou 12% de diferença que o almirante Álvaro Pereira também irá pedir ao presidente da República...

E nós? Diante da autonomia com que se tomam decisões que nos afrontam como cidadãos, diante do deboche em que se está transformando a República, que somos nós, cidadãos? Meros pagadores passivos de impostos, sofrendo a imposição autoritária de quem pode decidir em causa própria? É esta a democracia que se quer construir?